

# Novo Jornal de Notícias, sexta-feira, 17 de maio de 2024

## Montes Claros/Minas Gerais



**INTERMOINHOS NORDESTE S/A**  
– INTERPASTIL  
CNPJ 22.689.046/0001-00

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**  
Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais estatutárias, apresentamos para apreciação e exame da Assembleia Geral, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A DIRETORIA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	Nota	2023	2022	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	15	11	
Impostos a recuperar	5	27	27	
Outros ativos	-	8	5	
		<b>50</b>	<b>43</b>	
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas ANC	6	574	591	
Outras Contas a receber	7	2.160	1.928	
		<b>2.734</b>	<b>2.519</b>	
Imobilizado	8	1.177	1.177	
		<b>1.177</b>	<b>1.177</b>	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.911</b>	<b>3.696</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>3.961</b>	<b>3.739</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** - A Intermoinhos Nordeste S.A. – Interpastil é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Pedro Chaves dos Santos, S/N, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros (MG), tendo como atividades principais a produção e comercialização de massas alimentícias. A Companhia atua na aquisição e revenda de trigo em grãos. Ao final do mês de junho do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência de decisões estratégicas e mercadológicas, a Administração da Companhia optou pela paralisação de suas atividades operacionais, mantendo os setores de segurança e conservação predial, visando à adequada proteção dos ativos da Companhia. Não é intenção da Administração encerrar a Companhia e faz parte das estratégias futuras em um momento oportuno voltar com as atividades operacionais da Intermoinhos Nordeste.

**2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, bem como em observância aos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.1. Base de preparação** - A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração da Companhia em 26 de abril 2024. **2.2. Moeda funcional** - A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado quando aplicável.

**3. Sumário das políticas contábeis materiais - 3.1. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas correntes bancárias e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Imobilizado - a. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Em função de não manter atividades operacionais industriais, a Administração da Companhia optou por não revisar a vida útil do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e pela Interpretação Técnica CPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, bem como não realizou testes visando mensurar o valor recuperável destes ativos nos termos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **3.3. Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4. Partes relacionadas** - As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **3.5. Apuração do resultado** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de cada exercício. **3.6. Reconhecimento de receitas** - As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas de produtos. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receita de juros: para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado. **3.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023** - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023. As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros** - A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Sociedade. A Sociedade efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro** - O Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. **d) Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two** - Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A diretoria determinou que a empresa não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e

divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros** - As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da empresa. **3.8. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023** - Para as seguintes normas ou alterações a diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da empresa, a saber: **a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2)**: acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26**: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26**: esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)**: esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alterações na IAS 21/ CPC 02 (R2)**: exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025. Atualmente, a empresa está avaliando possíveis impactos dessas novas normas e alterações contábeis e acredita que não haverá impactos relevantes. **3.9. Principais julgamentos e estimativas contábeis - a. Vida útil dos bens do imobilizado** - A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiências prévias, refletindo a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. Após análises a administração da Companhia decidiu cessar a depreciação dos itens que compõe o imobilizado considerando que valor residual excede seu valor contábil conforme mencionado no item 54 do “CPC 27 - Ativo imobilizado”. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** - A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**4. Caixa e equivalentes de caixa** - Os saldos da Rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por Fundo Fixo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País:

	2023	2022
Bradesco S.A.	15	11
	<b>15</b>	<b>11</b>

**5. Impostos a recuperar** - Os saldos da Rubrica “Impostos a recuperar” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Saldo Negativo IRPJ	25	25
Saldo Negativo CSLL	2	2
	<b>27</b>	<b>27</b>

**6. Partes relacionadas** - Os saldos da Rubrica “Partes relacionadas” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Ativo		
Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A.	574	591
	<b>574</b>	<b>591</b>

As transações de mútuo com partes relacionadas foram efetuadas em condições consideradas pela Administração como compatíveis com as de mercado.

**7. Outras contas a receber** - Os saldos da Rubrica “Outras contas a receber” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Desapropriação de imóveis	2.160	1.928
	<b>2.160</b>	<b>1.928</b>

Valor a receber constituído em 2016, referente ao Processo nº 0057813-13.2000.8.13.0433 que possui o trânsito em julgado, referente à desapropriação de imóveis. A Companhia entende que o valor é transitado pois tem como garantia o terreno que foi desapropriado.

**8. Imobilizado**

	2022	Adições	Baixas	2023
Terenos	147	-	-	147,00
Edificações	2.019	-	-	2.019
<b>Custo do ativo imobilizado</b>	<b>2.166</b>	-	-	<b>2.166</b>
Edificações	(989)	-	-	(989)
(-) Depreciações acumuladas	(989)	-	-	(989)
<b>Total</b>	<b>1.177</b>	-	-	<b>1.177</b>

Após análises a administração da Companhia decidiu cessar a depreciação dos itens que compõe o imobilizado considerando que valor residual excede seu valor contábil conforme mencionado no item 54 do “CPC 27 - Ativo imobilizado”, segue: “O valor residual de um ativo pode aumentar. A despeito de depreciação será zero enquanto o valor residual subsequente for igual ou superior ao seu valor contábil.”

**9. Provisão para contingência** - Os saldos da Rubrica “Provisão para contingência” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Provisão PIS e COFINS	47	38
	<b>47</b>	<b>38</b>

Provisão de PIS e COFINS sobre provisão da atualização dos valores a receber conforme Nota Explicativa nº 7.

**10. Patrimônio líquido - 10.1. Capital social** - O capital autorizado é composto de 13.499 mil ações ordinárias, 3.900 mil ações preferenciais classe “A”, 223 mil ações preferenciais classe “B”, 35.171 mil ações preferenciais classe “C”, e 207 mil ações preferenciais classe “D”, sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado é composto de 13.137 mil ações ordinárias, 3.799 mil ações preferenciais classe “A”, 215 mil ações preferenciais classe “B”,

**Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	11	(51)	(25)
		<b>(51)</b>	<b>(25)</b>
<b>Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(51)</b>	<b>(25)</b>
Receitas financeiras	12	266	251
Despesas financeiras	12	(1)	(1)
		<b>265</b>	<b>250</b>
		<b>214</b>	<b>225</b>

**Lucro antes do Imposto de Renda e Contrib. Social**  
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

	2023	2022
	-	(3)
	<b>214</b>	<b>222</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>214</b>	<b>222</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>214</b>	<b>222</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

34.230 mil ações preferenciais classe “C” e 201 mil ações preferenciais classe “D”, sem valor nominal. As ações preferenciais não dão direito a votos, as de classe “A”, “B”, e “D”, são asseguradas um dividendo mínimo obrigatório de 6% ao ano e prioridade no reembolso do capital. As de classe “C” são assegurados dividendos mínimos de 6%, prioridade no reembolso do capital e participação integral no resultado da Companhia, de modo que nenhum outro tipo de classe de ações poderá atribuir a seus detentores vantagens patrimoniais superiores. As ações ordinárias têm direito a votos e lhes são garantidos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **10.2. Reservas de lucros** - A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva legal foi utilizada para compensação de prejuízos acumulados. **10.3. Distribuição de lucros** - O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 6% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Devido a prejuízos acumulados não houve distribuição/pagamento de lucros.

**11. Despesas administrativas e gerais** - A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2023	2022
Serviços avulsos	(7)	(7)
Assessoria e Consultoria	(16)	-
Taxas municipais e estaduais	(9)	(9)
Seguros	(18)	-
Outras	(1)	(9)
	<b>(51)</b>	<b>(25)</b>

**12. Receitas/(despesas) financeiras líquidas** - Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	231	251
Outras	35	-
	<b>266</b>	<b>251</b>

**Despesas financeiras**  
Variações monetárias passivas

	2023	2022
	(1)	(1)
	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
	<b>265</b>	<b>250</b>

**Resultado financeiro líquido**

	2023	2022
	<b>214</b>	<b>222</b>

**13. Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido** - As provisões para Imposto de Renda em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil. Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2023	2022
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente	-	(3)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>

**14. Seguros** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**15. Créditos fiscais compensados** - Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha créditos fiscais a serem compensados no montante de R\$ 11.032 mil relativos a prejuízos fiscais (2022 – R\$ 11.014 mil) e R\$ 11.317 mil de base negativa de contribuição social (2022 – R\$ 11.299 mil). Embora os créditos fiscais não possam prazos prescricionais, em função do histórico de geração de bases tributáveis, a Administração decidiu não constituir imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

**16. Provisão para riscos** - Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui causas possíveis e nem prováveis.

**17. Eventos subsequentes** - A Lei 14.789/2023, cuja vigência iniciou-se em 1º/01/2024, estabelece os critérios de apuração de crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. A empresa não possui nenhum benefício tributário vinculado à implantação ou expansão de empreendimento econômico. Entretanto, referido diploma legal revogou o artigo 30 da Lei 12.973/2014 que, com redação alterada pela Lei Complementar 160/2017, equiparava os benefícios tributários de ICMS concedidos pelos Estados e Distrito Federal às subvenções de investimento. A administração da empresa está avaliando os impactos da Lei 14.789/2023 bem como a eventual necessidade de questionamento judicial.

	2023	2022
Patricia Macedo Costa - Diretora Presidente	-	-
Sérgio Gonçalves - Diretor superintendente	-	-
Thais de Paiva Arantes - Diretora Financeira	-	-
André Luiz Costa - Contador CRC/MG 43.332/0	-	-

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas da Intermoinhos Nordeste S.A., Montes Claros – MG

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Intermoinhos Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intermoinhos Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional** - Em 31 de dezembro de 2023 o prejuízo acumulado da Companhia perfaz o montante de R\$ 9.504 mil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em decorrência de decisões estratégicas e mercadológicas, a administração da Companhia optou pela paralisação das atividades operacionais no exercício social de 2022. A curto prazo a Companhia não apresenta planos para a retomada de suas atividades operacionais normais. Até a retomada de suas atividades operacionais a Companhia dependerá de recursos adicionais dos seus acionistas e/ou de terceiros para a manutenção de seu capital de giro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)** - As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exer-

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13.418</b>	<b>(9.940)</b>	<b>3.478</b>
Lucro líquido do exercício	-	222	222
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13.418</b>	<b>(9.718)</b>	<b>3.700</b>
Lucro líquido do exercício	-	214	214
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.418</b>	<b>(9.504)</b>	<b>3.914</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>214</b>	<b>225</b>

**Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais**

	2023	2022
Provisão (reversão) contingência	-	(209)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
	<b>214</b>	<b>16</b>

**Redução/(aumento) nos ativos operacionais**

	2023	2022
Outras contas	(235)	(3)
Impostos a recuperar	-	-
	<b>(235)</b>	<b>(3)</b>

**Aumento/(redução) nos passivos operacionais**

	2023	2022
Obrigações tributárias	8	1
Outras contas	8	1
	<b>(13)</b>	<b>14</b>

**Caixa líquido proveniente/utilizado nas ativ. operacionais**

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

	2023	2022
Partes relacionadas	17	(11)
<b>Caixa líquido utilizado/proveniente nas ativ. de financiamentos</b>	<b>17</b>	<b>(11)</b>

**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11	8
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7</b>	<b>5</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(